

Para uma crítica do trabalho imaterial

Zaira Rodrigues Vieira
Doutoranda em Filosofia na Université Paris X - Nanterre

Tomemos a definição de trabalho imaterial dada por Lazzarato : do ponto de vista de seu ‘conteúdo’, “o trabalho imaterial é o trabalho que produz o conteúdo informacional e cultural da mercadoria (...). Do ponto de vista da ‘forma’, a atividade imaterial pode ser apreendida apenas pela ‘implicação da subjetividade’ e a cooperação produtiva do trabalhador coletivo” (1992/2: 54-55) ou ainda, trata-se da “produção e reprodução da comunicação e, portanto, seu conteúdo mais importante: a subjetividade.” (1993/2). Nossa compreensão do trabalho científico é diferente do que pudemos apreender nos vários autores que trataram deste assunto. A nosso ver, trata-se de uma forma social do trabalho que permanece apresentando os traços indicados por Marx, fundamentalmente o de se constituir numa interação do homem com seu mundo natural externo (sua natureza inorgânica) e com a sua própria natureza. O trabalho atual não é algo que implique a subjetividade dos agentes de maneira exclusiva ou independente das determinações objetivas da atividade – como o entende, entre outros, também Virno.¹ A chave da leitura dos *Grundrisse* feita por estes autores talvez não seja, ela, sim, o materialismo, mas um certo tipo de idealismo que entende os processos humanos à partir de um ponto de vista abstrato pelo qual são apenas certos complexos ideais, como a política, a ética ou a linguagem – entendidos como autônomos em relação ao trabalho e suas determinações, que podem explicar a vida humana e os problemas a ela correlatos.

Ao que parece, entretanto, a produção não se tornou, nos últimos decênios, processo comunicacional *tout court* ou processo ‘subjetivizado’, mas um processo social que dá forma aos sujeitos assim como aos objetos da produção. Tratar-se-ia justamente daquilo que Marx disse nos *Grundrisse*:

Nesta mutação, não é nem o trabalho imediato efetuado pelo homem, nem seu tempo de trabalho, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e sua dominação da natureza por sua existência enquanto corpo social ou, numa palavra, o desenvolvimento do indivíduo social que aparece como o grande pilar fundamental da produção e da riqueza. (1980, II : 221-223/592-594).

¹ “Nos processos de trabalho contemporâneos, há constelações inteiras de conceitos que funcionam por elas mesmas enquanto ‘máquinas’ produtivas, sem que haja necessidade nem de um corpo mecânico nem de uma pequena alma eletrônica.” (Virno, “Quelques notes à propos du general intellect” in *Futur Antérieur* 10. Paris, L’Harmattan, 1992/2, p. 51).

O trabalho, como bem antecipou Marx, não é mais fundamentalmente expropriação de tempo de trabalho imediato, mas “atividade científica em geral”, “aplicação tecnológica das ciências naturais”, “apropriação de sua força produtiva em geral”. Assim como os sujeitos vêm a ser objetivamente, também eles, sujeitos sociais, no lugar dos indivíduos isolados no processo de produção. Neste texto de Marx, tratar-se-ia, de uma resolução da alienação [*Entfremdung*], da cisão entre indivíduo e sociedade. De uma resolução feita realidade no processo mesmo do desenvolvimento do capital. Superação objetiva pela qual a atividade dos indivíduos vem a ser

imediatamente universal ou 'social'; os momentos objetivos da produção são despojados desta forma de alienação [*Entfremdung*], eles são postos, então, como propriedade, como corpo social orgânico no qual os indivíduos se reproduzem enquanto indivíduos singulares, mas indivíduos singulares sociais. As condições que os fazem o que são na reprodução de sua vida, em seu processo vital produtivo, não foram postas senão pelo próprio processo econômico histórico - tanto as condições objetivas, quanto as subjetivas - as quais são apenas as duas formas diferentes destas mesmas condições. (Marx, 1980, II : 323)

Como sabemos, este autor fez, em sua obra juvenil, a crítica da hipóstase idealista das determinações humanas, defendendo o reconhecimento do mundo dos homens - e portanto, também, de sua produção material e imaterial – como objetividades. É justamente nesta direção que tentaremos, também nós, interrogar a atualidade da produção, bem como as leituras que dela têm sido feitas. À partir de Lukács, bem como da obra de Marx, é, a nosso ver, possível compreender e explicar porque a maior parte dos autores que trataram deste tema, como Habermas, Negri, Tronti, Lazzarato, Gorz, etc. insistiram e insistem, ainda, sobre determinações humanas, como as "competências lingüísticas, as propensões éticas, as nuances da subjetividade". (Virno, 1992/2.: 52) entendidas sempre como opostas ou descoladas do trabalho². Ao que parece, eles entendem o trabalho à maneira de Adam Smith, ou seja, apenas como castigo e submissão sem mais, dos homens, a um poder externo. Eles o entendem apenas como *Entfremdung*. Daí porque o saber produzido na atualidade do trabalho - na medida em que se trata de um saber produzido de forma relativamente livre – não é mais, segundo alguns, um saber objetivado, útil ou “instrumental”. Segundo Gorz: “Diferentemente das concepções *courantes*, o saber, aqui, não aparece como um saber objetivado, composto de conhecimentos e informações, mas como atividade social que constrói relações comunicativas não submetidas a um comando.” (2003: 20).

² Para Virno, por exemplo, a realidade pós-fordista do trabalho – diferenciando-se, pois, do passado, implicaria uma "fusão completa entre cultura e produção, 'estrutura' e 'superestrutura', [e] portanto, uma crítica *não-econômica* da economia política." (Virno, 1992/2: 53)

Ora, o resultado objetivo e subjetivo do processo social de produção continua sendo objetivação de forças humanas físicas e intelectuais, por mais universais que estas sejam. A oposição do aspecto de objetivação do trabalho aos demais aspectos da atividade humana, feita por vários autores, no presente, parece querer fazer reviver esta velha refutação a Marx ou, pelo menos, desconhecer o caráter *ontológico*, (retomando Lukács), de sua obra. Em outras palavras, tal oposição desconhece exatamente a propositura marxiana de não-cisão entre o ‘econômico’ e o ‘não-econômico’. A realidade atual, porém, parece mais confirmar que negar as perspectivas dos *Grundrisse* sobre o desenvolvimento das forças produtivas como *général intellect*.

É bem notório que, para Marx, a objetivação humana pelo trabalho não tem uma relação de identidade com a categoria *Entfremdung* e que, ao contrário, para este autor, é pelo trabalho que o homem pode se realizar e tornar objetiva, também, sua liberdade – mesmo se de maneira alienada em algumas formas sociais. Como escrevemos em outro lugar: em Marx “A relação do sujeito com suas capacidades e potências não ocorre no recesso de uma subjetividade interior, isolada, mas, ao contrário, na relação que ele estabelece, enquanto sujeito ativo, com o mundo, com as propriedades da objetividade com a qual ele interage.” (Vieira, 2004: 46). Em outras palavras, é pelo trabalho que se põe ou não a possibilidade da realização e da emancipação humana. Marx explicita isto numa de suas críticas a Smith:

É verdade que a medida do trabalho aparece dada pelo exterior, pela finalidade proposta e pelos estorvos que o trabalho deve suplantar para a sua consecução. Mas, A. Smith, assim, não suspeita que superar obstáculos possa ser, em si, uma atividade de liberdade e que, por outro lado, de resto, as finalidades exteriores mantêm, sob uma forma desnudada, a aparência de uma necessidade natural simplesmente externa, mas são postas como finalidades que o indivíduo fixa, ele mesmo, de antemão - possa ser, pois, a auto-efetivação, a objetivação do sujeito e, por aí mesmo, a liberdade real cuja ação é precisamente o trabalho.”(1980, II : 101)³

O trabalho socialmente desenvolvido, como aquele que Marx descreve nas famosas passagens dos *Grundrisse*, também não pode ser interpretado de maneira fetichista. Este tipo de interpretação pode ser muito bem refutado, como foi feito nesta crítica de Albuquerque a Virno:

Ele diz que Marx identifica totalmente o *général intellect* ao capital fixo, o que não é correto, pois, Marx interpreta o capital fixo como expressão do conhecimento social acumulado, do trabalho intelectual social gasto para viabilizá-lo (formulações que contribuem para desmistificar

³ Ver também *Le Capital*, livro I, tomo I. Paris, Editions Sociales, 1971, p. 61

um certo “fetichismo tecnológico” que perde de vista o trabalho despendido na produção do capital fixo). (Albuquerque, 1996: 190)

Neste sentido, como dissemos, o desenvolvimento das forças produtivas como desenvolvimento do *général intellect*, ao invés de negar o conceito de trabalho de Marx, parece, na verdade, afirmá-lo na medida em que possui como prerrogativa o apresentar-se como desenvolvimento em que a submissão a uma força externa se põe como extemporânea. Só se pode opor o processo atual de desenvolvimento do mundo do trabalho, que se apresenta sob a forma predominante de desenvolvimento das forças comunicativas e da criatividade e sociabilidade humanas, às análises marxianas⁴ se se permanece numa interpretação mecanicista de Marx. Interpretação, esta, que opõe o mundo do trabalho ao mundo “da vida”, da política e da linguagem e que não corresponde, porém, ao pensamento deste autor

No próprio ato da reprodução, não são apenas as condições objetivas que mudam - por exemplo, o vilarejo torna-se uma cidade, a natureza selvagem, terra destrinchada, etc. - mas, os produtores também mudam, extraindo de si mesmos qualidades novas, se desenvolvendo, se transformando a si mesmos por meio da produção, constituindo forças novas e idéias, novos meios de comunicação, novas necessidades e uma nova linguagem. (Marx, 1980, I : 431).

Para o autor em tela, o trabalho é esta relação dos homens com a natureza externa em geral e com sua própria natureza, através da qual eles reproduzem suas próprias condições de existência, com toda a plenitude de significado que isto tem em Marx. A forma de trabalho atual, chamada, de maneira inexata, de “imaterial” não deixou, a nosso ver, de corresponder a esta definição. O trabalho, mesmo em sua forma a mais cientificizada ou social, continua sendo auto-construção, pelo homem, de suas próprias condições de vida; dação de forma humana aos elementos da materialidade (mesmo se tratando dos elementos os mais ínfimos ou minúsculos, como as moléculas que compõem o material de trabalho da nova eletrônica⁵) e da “imaterialidade” do mundo social, ou seja, aos elementos específicos da sociabilidade histórica (as enormes e rápidas mudanças sociais tornadas possíveis pelas novas tecnologias que surgiram no mundo do trabalho, como a aparição do telefone celular à partir das novas conquistas da informática⁶ e as conseqüentes mudanças no modo de vida dos homens). A perda da centralidade do trabalho imediato não implica o fim do trabalho. O trabalho social, o pleno desenvolvimento das forças produtivas enquanto forças

⁴ Cf. Virno, op. cit., p. 51

⁵ Ver Castells, M. “A Sociedade em Rede”, SP, Paz e terra, 2006, p.90.

⁶ Id., ib., p. 89

sociais, continua sendo, portanto, atividade e pleno desenvolvimento das forças humanas objetivas e subjetivas como na definição de Marx.

Um outro aspecto do tema em questão diz respeito à quase extinção do tempo de trabalho imediato e à repercussão deste fato sobre as relações de produção capitalistas e seus fundamentos. Nos *Grundrisse*, tal acontecimento - em suas implicações para a produção do valor, significaria uma ameaça à reprodução do capital. Tratar-se-ia, aí, das condições de possibilidade da superação do capital. A nosso ver, isto significa exatamente que, para Marx, o capitalismo, também ele, seria superado pela incompatibilidade das relações de produção com as forças produtivas desenvolvidas. Diferentemente do que podemos ler em autores como Balibar⁷, Bottomore⁸, etc., a lógica do desenvolvimento histórico revelada por Marx como sendo aquela pela qual os modos de produção são efetivamente superados no momento em que as relações de produção existentes tornam-se obsoletas face ao desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas, tal lógica parece apresentar-se como perfeitamente válida para o capitalismo – mesmo se tratando, aqui, de uma produção que se apóia sobre o desenvolvimento das forças produtivas⁹. Segundo Bottomore, esta “teoria da revolução social de Marx” não seria válida para o capitalismo:

no caso do capitalismo, Marx parece sublinhar um colapso interno que resultaria do fato de que o capitalismo é, em si, instável. A revolução da classe operária terá por base não o progresso da tecnologia, mas as tensões produzidas pelas crises econômicas, pela acumulação da miséria e pela aceitação consciente, por parte do proletariado, de uma doutrina ou de doutrinas que formulem um novo ideal social. (1976: 116)

Trata-se de interrogar estas posições que, de partida, não nos parece corresponder à compreensão de Marx. Por outro lado, à partir das indicações dos *Grundrisse*, Negri e Hardt interpretam apressadamente a realidade atual do desenvolvimento do trabalho social como superação efetivamente existente do capital. A nosso ver, é preciso, primeiramente, matizar esta proposição e, em seguida, problematizar a forma sob a qual ela se apresenta nestes autores. Se as condições de superação da alienação estão relativamente postas e tendem, por meio do desenvolvimento das forças produtivas, a tornar-se mais e mais concretas, isto não impede que o valor de troca seja, ainda, o que dá forma à sociedade atual. A cisão indivíduo / sociedade subsiste e resiste justamente sob a forma persistente da cisão valor de uso / valor de troca presente em todas as

⁷ Cf. Balibar E.; Wallerstein, I. *Race, Nation, Classe*. Paris, La Découverte, 1997, p. 10

⁸ Cf. Bottomore, T.B. *A sociologia como crítica social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p. 116

⁹ Cf. Labica, G.; Bensussan, G. *Dictionnaire critique du marxisme*. Paris, Quadrige, 1999, p. 1099, onde Godelier também sustenta esta tese.

determinações sociais existentes. Nos setores mais tradicionalmente considerados como sendo aqueles do trabalho “imaterial” por excelência, a luta da propriedade intelectual pela sua subsistência e renovação é bem atual.

A recente expansão dos direitos de propriedade intelectual é impressionante. Para além de uma expansão do campo das idéias sobre os quais se pode obter patente, assiste-se, também, a um reforço dos poderes franqueados aos proprietários e a uma expansão dos limites temporais da validade destes mesmos direitos exclusivos. (Novo *in* <http://www.geocities.com/CapitolHill/6446/Segredos.html>)

A questão em si pode ser um bom sintoma de alguma transformação e, neste sentido, estamos de acordo com Negri e Tronti em que o capitalismo mostra-se progressivamente obsoleto enquanto forma de organização da produção e até mesmo como um empecilho ao livre desenvolvimento desta. Entretanto, trata-se de uma tendência que se apresenta em alguns setores da produção. O capital segue, ainda, se apoiando sobre a exploração da força de trabalho imediata, principalmente aquela dos países menos desenvolvidos. As tendências do capitalismo atual parecem, certo, apontar no sentido que Marx indicou nos *Grundrisse*. Isto está longe, porém, de se apresentar como o fim do trabalho ou como algo do tipo do que Habermas dizia e que alguns dos autores mencionados parecem concordar, isto é, que o trabalho não é mais necessário e que a dominação, hoje, apenas se sustenta por um mau hábito em alimentar a vontade de poder¹⁰. Dominação, de resto, para estes autores, cada vez mais simbólica, como indica criticamente Turchetto para os autores do operaísmo: “Ao final, se trata apenas de um modo de pensar, de representar a realidade, de produzir sentido e regras lingüísticas difundido por toda parte e interiorizado por todos.” (Turchetto, M. “Dall'operaio massa all'imprenditorialità comune: la sconcertante parabola dell'operaismo italiano” *in* <http://www.intermarx.com/temi/oper.html>)

A capacidade da produção atual de se sustentar enquanto produção de valor não parece alterar em nada os outros apontamentos de Marx sobre a questão da emancipação humana, mais precisamente, as indicações sobre o *général intellect* e a incompatibilidade deste com a apropriação privada dos meios de produção - e, portanto, a explicação do fim de um modo de produção por meio do esgotamento das relações dominantes de propriedade. Segundo esta explicação, a este ponto, tais relações acabam por sufocar e impedir o desenvolvimento das forças produtivas. É preciso questionar justamente se tal processo não está, de alguma maneira, se mostrando na atualidade com a dependência crescente da produção em relação aos processos cujo componente principal é o conhecimento. O conhecimento é algo que se tornou, com o modo de produção capitalista,

¹⁰ Cf. Habermas, J. *Connaissance et Interet*. Paris, Gallimard, 1973, p. 92.

progressivamente social e trata-se, hoje, de um patrimônio difícil de ser confinado e apartado do público. Neste sentido, é sugestiva a tentativa dos cercamentos (*enclosures*¹¹) sobre este patrimônio social e o movimento do “software livre” é exemplar deste desenvolvimento que a indústria procura barrar com todos os seus meios.

O princípio geral deste movimento é que os programas informáticos devem ser livremente utilizados, divididos e examinados em seus códigos originários; modificados e redistribuídos (com ou sem modificações), tudo isto sem nenhuma restrição que decorra de ‘propriedade intelectual’ (Novo in <http://www.geocities.com/CapitolHill/6446/Segredos.html>)

Força de trabalho e tecnologia de produção parecem inserir-se, pois, num processo de emancipação em relação à propriedade privada. Esta discussão é, de alguma maneira, posta por Lazzarato, quando ele diz que o trabalho torna-se efetivamente coletivo e parece, também, tornar-se independente do capital: “o caráter social do trabalho não aparece mais como capitalista, mas como resultado e pressuposto do trabalho mesmo. Do mesmo modo, as condições sociais da produção não aparecem mais como capitalistas” (1992/2). A nosso ver, é preciso entender melhor isto, pois, se as condições de produção vêm a ser mais e mais sociais e se apresentam como de difícil apropriação restrita, não se pode dizer, porém, que se tratam de condições que “não aparecem mais como capitalistas”. Como disse Marx, capital e trabalho, relações de produção e forças produtivas, são apenas dois lados de um mesmo processo. As condições atuais de produção são, ao mesmo tempo, condições capitalistas e sociais do trabalho.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, E.M. *Invenções, Mutações: o progresso científico-tecnológico em Habermas, Offe e Arrow*. Belo Horizonte: UNA, 1996.
- BALIBAR, E.; Wallerstein, I. *Race, nation, classe*. Paris: La Découverte, 2002
- BOTTOMORE, T.B. *A Sociologia como crítica social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- BOYLE, J. “The second enclosure movement...” In: www.law.duke.edu/pd/papers/boyle.pdf
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e terra, 2006.
- CHESNAIS, D., Levy, W. *Une nouvelle phase du capitalisme?* Paris: Syllepse, 2001.
- FINELLI, R. “Alcune tesi su capitalismo, marxismo e ‘postmodernità’”. In AA.VV, *Capitalismo e Conoscenza. L’astrazione del lavoro nell’era telematica*. Roma : Manifestolibri, 1998.

¹¹ Boyle, J. “The second enclosure movement...” in www.law.duke.edu/pd/papers/boyle.pdf

- GORZ, A. *L'immatériale : conoscenza, valore e capitale*. Torino: Boringhieri, 2003.
- HABERMAS, J. *Connaissance et Intérêt*. Paris: Gallimard, 1976.
- _____. *La Technique et la science comme idéologie*. Paris: Gallimard, 1973.
- HAYEK, F.A.von. "The Use of knowledge in society". In Townsend, H. (ed.), *Price System*. Harmondsworth: Penguin Books, 1971.
- LAZZARATO, M. «Le concept de travail immatériel: la grande entreprise». In: *Futur Antérieur*, n.10. Paris, L'Harmattan, 1992/2
- _____. "Le cycle de la production immatérielle". In: *Futur Antérieur*, n.16. Paris: L'Harmattan, 1993/2
- LUKÁCS, G. *Per l'ontologia dell'essere sociale*. Roma: Riuniti, 1976.
- MARX, K. *Manuscrits de 1857-1858*. Paris, Editions Sociales, 1980, tome II, p. 323.
- _____. *Le capital*. Paris, Editions Sociales, 1978
- _____. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. *Manuscrits de 1844*. Paris: Editions Sociales, 1969.
- MESZAROS, I. *Beyond Capital*. Londres, Berlin Press, 1995.
- MORRIS-SUZUKI, T. *Cutting Edge – Technology, Information, Capitalism and Social Révolution*. Londres, Verso Books, 1997.
- NEGRI, A. *Marx au delà de Marx*. Paris: L'harmattan, 1996.
- _____. *Le pouvoir constituant*. Paris: PUF, 1997
- _____. *Labor of Dionysus: A Critique of the State-Form*. Saint Paul: University of Minnesota Press, 1994.
- _____. "Travail Immatériel et Subjectivité". In: *Futur Antérieur*, n.6. Paris, L'Harmattan, 1991
- NOVO, A. "Os segredos da «sociedade da informação»". In: <http://www.geocities.com/CapitolHill/6446/Segredos.html>.
- RULLANI, E. *La Fabbrica dell'immatériale. Produrre valore con la conoscenza*. Roma: Carocci, 2004.
- SCHAFF, A. *A sociedade informática*. São Paulo: Brasiliense (Unesp), 1990.
- TRONTI, M. *Operai e capitale*. Torino: Einaudi, 1971.
- TURCHETTO, M. "Dall'operaio massa all'imprenditorialità comune: la sconcertante parabola dell'operaiismo italiano". In: <http://www.intermarx.com/temi/oper.html>
- VIEIRA, Z.R., *Atividade sensível e emancipação humana nos Grundrisse*. Belo Horizonte, 2004. Dissertação de mestrado (Filosofia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

VIRNO, P. “Quelques notes à propos du ‘général intellect’”. In: *Futur Antérieur*, n.10. Paris: L’Harmattan, 1992/2.